



PARECER N. 183/2017 – ASSEJUR/ADM

PROC. Nº : 3490/2017
REQUERENTES : Diretoria de Tecnologia da Informação
ASSUNTO : PREGÃO ELETRÔNICO 011/2017 - SRP

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - 011/2017** visando registro de preço para futura aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação, conforme previsto no Plano de Trabalho do Convênio 65/2011 celebrado entre o MPAC e o Ministério da Justiça.

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica pelo Departamento de Licitações para análise dos documentos necessários à instrução processual e à composição do processo de licitação, nos termos da legislação federal vigente.

Instruem os autos, anexos ao referido edital: Termo de Referência (Anexo I); Modelo de Declaração de Habilitação (anexo II); Modelo de Identificação de Micro e Pequena Empresa (anexo III); Minuta do Contrato (Anexos IV).

É o relatório necessário.

Manifesto-me, tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Quanto à formalização do processo de licitação, verifica-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no artigo 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

O procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação, dentre eles: **1)** solicitação da abertura do procedimento pelo setor competente; **2)** Termo de Referência, contendo a justificativa detalhada da necessidade de aquisição dos objetos da licitação, todos descritos de forma completa e minuciosa; **3)** a autorização para a licitação advinda da autoridade superior; **4)** pesquisa de interesse e levantamento de preços.



A modalidade escolhida é o Pregão Eletrônico, prevista na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e demais alterações, com aplicação da Lei Complementar nº 123/06, a qual apresenta-se perfeitamente cabível e mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços dela decorrentes.

Além disso, pela descrição do serviço e pela justificativa apresentada para sua contratação no termo de referência – previamente aprovado pela Diretoria de Controle Interno - conclui-se que se adequa perfeitamente aos fins desta Instituição, não caracterizando qualquer desvio de finalidade. Outrossim, o objeto da licitação está previsto no plano de trabalho do CONVÊNIO nº 65/2011 - SICONV nº 759472/2011, cuja vigência se estenderá até o dia 31/12/2017.

Dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos Federais n. 5.450/05 (Regulamentação do Pregão Eletrônico) e 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços), da Lei nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações ulteriores.

O presente edital de pregão preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93. Em relação à minuta do contrato, bem como da ata de registro de preço, verifica-se que atende às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e artigo 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando no instrumento as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica entende que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº 011/2017**.

Rio Branco – Acre, 12 de setembro de 2017.


SAMARA MAIA DOS SANTOS
Assessora Jurídica